

ESCOLARIDADE FEMININA E MERCADO DE TRABALHO INFORMAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SEGUNDO A RAÇA¹

Ana Carolina Nolasco Milheiro Manoel²

Evandro Camargos Teixeira³

Este estudo tem como objetivo central analisar o efeito da educação sobre a probabilidade de atuação de mulheres negras e brancas no mercado de trabalho informal, por meio da estimação de um modelo logit binomial. Para verificar essa relação, foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua para o ano de 2019. Os resultados revelaram que a educação impacta negativamente a probabilidade de emprego feminino no mercado de trabalho informal e, em comparação às mulheres brancas, apresenta efeitos substancialmente mais expressivos sobre as mulheres negras.

Palavras-chave: informalidade; nível de escolaridade; mulheres negras; mulheres brancas; *logit*.

FEMALE SCHOOLING AND THE BRAZILIAN INFORMAL LABOR MARKET: AN ANALYSIS ACCORDING TO RACE

The main objective of this study is to analyze the effect of education on the probability of black and white women working in the informal labor market through the estimation of a Logit Binomial model. To verify this relationship, data from the National Continuous Household Sample Survey (PNAD) for the year 2019 were used. The results revealed that education negatively impacts the probability of female employment in the informal labor market, and that, compared to white women, it presents substantially more expressive effects on black women.

Keywords: informality; education level; black women; white women; *logit*.

JEL: C25; E26; I21; J71.

1 INTRODUÇÃO

Definida comumente pela literatura internacional como o conjunto de atividades de produção de bens e serviços com base no mercado, legal ou ilegal, que escapa à detecção nas estimativas oficiais do produto interno bruto – PIB (Smith, 1994), ou como todas as atividades econômicas que seriam tributáveis se fossem relatadas às autoridades fiscais (Schneider, 2002), a economia informal, economia subterrânea ou economia paralela é objeto de estudos realizados com frequência ascendente em razão de suas implicações socioeconômicas e crescente participação na economia mundial.

1. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/ppe54n2art5>

2. Analista financeira na Empresa Brasileira de Benefícios e Pagamentos Instituição de Pagamento LTDA (EBBP IP). E-mail: carolina.nolasco@ufv.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0133-5457>.

3. Professor associado II do Departamento de Economia na UFV. E-mail: evandro.teixeira@ufv.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6470-2103>.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no ano de 2018, mais de 61% da população empregada no mundo – 2 bilhões de pessoas – atuava na economia informal (OIT, 2018). Destaca-se o fato de que, além de estar presente em todo o mundo, 93% do emprego informal mundial está nos países emergentes e em desenvolvimento. Entre os países em desenvolvimento, encontra-se o Brasil, onde, embora não haja um consenso sobre a definição de economia informal, essa pode ser expressa pelo somatório de trabalhadores sem carteira de trabalho, autônomos (Ulysseia, 2006) e que não contribuem para a Previdência Social (Hirata, 2007).

A informalidade compõe a economia brasileira há décadas, mas foi a partir de 1990, com as iniciativas neoliberais de ajuste econômico e de introdução no mercado global, que sua participação cresceu drasticamente. Mesmo após a recuperação do processo de reestruturação do mercado de trabalho, nos anos 2000, ocorrida graças à retomada da formalização do trabalho, por meio do aumento do emprego formal e da recuperação do poder de compra dos salários, a economia brasileira continuou apresentando tendência ascendente à precarização das formas de trabalho, que se estendeu até a atualidade (Leite, 2000).

Nesse sentido, em 2019, o número de trabalhadores atuando no mercado de trabalho informal brasileiro representava 41,1% da população (IBGE, 2020b). Com participação significativa no mercado de trabalho e consequentemente na geração de renda do país, a economia informal movimentou, entre junho de 2018 e junho de 2019, o equivalente a 17,3% do PIB brasileiro, correspondente a R\$ 1,2 trilhão.

O elevado grau de informalidade presente na economia tem como consequências o efeito prejudicial sobre os direitos dos trabalhadores, incluindo princípios e direitos fundamentais no trabalho, proteção social, condições de trabalho decentes e Estado de direito. A informalidade também tem impacto negativo no desenvolvimento de empresas sustentáveis, especialmente em termos de baixa produtividade e falta de acesso a financiamento; sobre as receitas públicas e o escopo de ação dos governos, particularmente no que diz respeito às políticas econômicas, sociais e ambientais; sobre a robustez das instituições e a concorrência leal nos mercados nacional e internacional (ILO, 2018). A gravidade de tais consequências traz consigo o anseio pela redução da participação da economia informal na economia brasileira e consequentemente o crescimento da elaboração de pesquisas sobre os determinantes da informalidade no Brasil.

Tais pesquisas, em sua maioria, consideram o aumento da carga tributária (contribuições sociais, impostos, taxas etc.), o desemprego, a inflação e o aumento da regulação na economia formal como principais determinantes para o crescimento da economia informal (Ribeiro e Bulgarin, 2003). Contudo, poucas mencionam a grande influência de uma das variáveis mais necessárias, cuja importância lhe confere o atributo de compor o conjunto dos direitos sociais a serem garantidos pela Constituição da República Federativa do Brasil (CF/1988): a educação.

Os direitos sociais citados anteriormente não impediram que a educação pública e de qualidade continuasse a contemplar apenas uma pequena parcela da população. Segundo o IBGE (2020a), no Brasil, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,6% (11 milhões de analfabetos), sendo o Nordeste a região com maior precarização educacional, com 13,9% de sua população sem qualquer nível de instrução.

Dada a discussão realizada até aqui, torna-se válido ainda salientar que, embora muitos indivíduos optem pela informalidade, em virtude da flexibilidade de horários e menores exigências que essa proporciona (Machado, Penido e Oliveira, 2005), grande contingente dos trabalhadores, por não possuírem habilidades que os permitam competir no mercado de trabalho, encontram na informalidade sua estratégia de sobrevivência (Beavon e Rogerson, 1986; ILO, 2018). Entre esses trabalhadores, os mais afetados estão concentrados nos dois extremos da distribuição etária, jovens e idosos, majoritariamente negros e mulheres (McKeever, 1998).

Nesse sentido, as desigualdades entre os sexos decorrem, entre outros fatores, da discriminação no mercado de trabalho e do argumento socialmente consolidado de que a função principal das mulheres é ser responsável pelos afazeres domésticos (Biderman e Guimarães, 2004; Cacciamali e Hirata, 2005). Esse argumento estimula a subvalorização do trabalho das mulheres, limita suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho (OIT, 2005) e as coloca em postos de trabalho mais desprotegidos e vulneráveis (Bruschini, 2007; Leone, 2010; Sartori e Garcia, 2012), como na execução de atividades terceirizadas para pequenas e microempresas (Araújo e Ferreira, 2009).

Isso explica o fato de que ainda que a proporção de mulheres de coortes mais jovens que concluem o curso superior seja quase duas vezes superior à dos homens (Beltrão e Alves, 2004), essas ainda apresentam participação expressiva na informalidade (Silva, 2001; Vieira, Fialho e Moreira, 2011), principalmente mulheres negras (Dieese, 2012; Instituto Ethos e BID, 2016), além de enfrentarem maiores dificuldades de se inserir no mercado de trabalho formal (Olinto e Oliveira, 2004).

Além disso, analisando-se a inserção das mulheres no mercado de trabalho formal, torna-se imprescindível um recorte racial. Isso porque, assim como os demais segmentos, o mercado de trabalho encontra-se alicerçado nos fatos históricos que contribuíram na estruturação das desigualdades, como o racismo. O estudo publicado pelo IBGE (2019b) ratifica essa situação ao constatar que de 100% das mulheres brancas empregadas em 2018, 34,7% atuavam no mercado informal, enquanto de 100% das mulheres negras empregadas, 47,8% atuavam na informalidade.

Diante da situação socioeducacional brasileira e de sua relação com a informalidade, este estudo, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Contínua de 2019, do Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE), tem como objetivo analisar o efeito da escolaridade sobre a atuação das mulheres brancas e negras (pretas e pardas) no mercado de trabalho informal no período de 2019, com consequente impacto na taxa de informalidade total do Brasil. Apesar da existência de alguns trabalhos na literatura que discorram sobre a relação entre educação e informalidade, prevalecem questões a serem abordadas, como o tema deste trabalho, nunca versado de modo específico na literatura nacional. Assim, este estudo pode contribuir para a criação e implementação de políticas públicas que cessem a desvalorização da educação no Brasil e, consequentemente, reduzam a desigualdade racial e socioeconômica que assola o país.

Além desta introdução, o trabalho apresenta, na segunda seção, aspectos teóricos e empíricos que abrangem o tema, em que são elencados estudos que relacionam educação e informalidade, particularmente entre as mulheres. Na seção seguinte, é apresentada a metodologia utilizada, sendo sucedida pelos resultados. Por fim, na quinta seção, são apresentadas as considerações finais do estudo.

2 ASPECTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS

A literatura internacional aponta os determinantes da informalidade sob três óticas (La Porta e Shleifer, 2014). A primeira diz respeito aos elevados custos regulatórios, principalmente a regulação de entrada, que tendem a incentivar empreendedores potencialmente produtivos a se manterem na informalidade (Soto, 2000). A segunda está relacionada às empresas que, apesar de serem produtivas o suficiente para atuarem na formalidade, permanecem na economia informal maximizando seus lucros à custa da isenção de impostos e regulamentações (Farrell, 2004; Levy, 2008). A terceira visão aponta que a informalidade assume caráter de estratégia de sobrevivência para indivíduos com baixo nível de qualificação e, consequentemente, incapacitados de atuar na formalidade.

Apesar da coexistência dos três determinantes citados (Ulyssea, 2018) e de esses, de fato, assumirem caráter motivador para atuação na informalidade, o terceiro é responsável pelo emprego de 48,8% dos trabalhadores informais (Ulyssea, 2020). De outro modo, conforme a terceira ótica apresentada, na qual se baseia este estudo, o baixo nível educacional/de qualificação é uma das principais razões para a existência da economia informal (Funkhouser, 1996; Gong e Soest, 2002; Boeri e Garibaldi, 2007; Hazans, 2011; Jonasson, 2012; Gërkhani e Werfhorst, 2013; Ştefoni e Draghia, 2020).

Em concordância com a referida relação negativa entre educação e informalidade, Perry *et al.* (2007) ressaltaram ainda que, se do lado da demanda a informalidade se mostra como a única fonte de renda para trabalhadores pouco instruídos e produtivos, do lado da oferta a contratação formal desses trabalhadores

se torna extremamente onerosa aos proprietários das pequenas empresas. Diante disso, conclui-se que, dado o baixo nível educacional dos trabalhadores, não apenas a demanda, mas também a oferta de emprego contribui para a perpetuação da informalidade.

Embora para alguns autores os habitantes de áreas rurais sejam ligeiramente mais propensos a atuarem na informalidade quando comparados com os moradores de áreas urbanas (Henley, Arabsheibani e Carneiro, 2006), para outros há uma significativa influência da área localizacional. A OIT (2018), por exemplo, ao verificar a expressiva relação entre baixo nível educacional e emprego no mercado de trabalho informal, constatou que os residentes das áreas rurais possuem quase duas vezes maior probabilidade de estarem empregados de modo informal em relação aos residentes das áreas urbanas, 80% contra 43,7%.

Ainda no que tange à relação entre educação e informalidade na literatura internacional, porém evidenciando a necessidade do recorte de gênero e racial, McKeever (1998), ao analisar a África do Sul, averiguou que pessoas com baixo nível educacional, não brancas e mulheres, foram empregadas mais frequentemente na economia informal. Esses resultados vão ao encontro da situação da cidade de Transkei, onde 88% dos que estavam empregados informalmente eram mulheres sem instrução e que estavam trabalhando em empregos que não exigiam qualificações (Nattrass, 1987).

A análise desses fatores permitiu a Funkhouser (1996) constatar, inclusive, que a condição de chefes de família/pessoas de referência também exerce grande influência positiva sobre a probabilidade de atuação feminina no mercado de trabalho informal. Porém, esses resultados se alteram de acordo com o país em análise (Marcouiller, Castilla e Woodruff, 1997).

Cabe ainda mencionar a possível perpetuidade de gerações de famílias no trabalho informal, resultante da imobilização socioeconômica que esse ocasiona. Isso é o que confirmou Carpio (2014) ao constatar que, em caso de atuação dos pais no mercado informal, é mais provável que os filhos abandonem o ensino médio, para trabalhar ou se manter em ociosidade. Dado o exposto, a educação manifesta-se não apenas como um dos principais meios de rompimento desse ciclo de imobilização socioeconômica, mas também como, em alguns níveis, uma ferramenta crucial para capacitar esses indivíduos a resistirem à discriminação no mercado de trabalho (Montes, Corrales e Singh, 2016).

Por sua vez, de acordo com a literatura nacional, devido ao retrocesso das leis trabalhistas (Krein, 2001), à expansão do setor de serviços (Amadeo, Scandiuzzi e Pero, 1996) e às demais alterações industriais e empresariais (Ramos, 2002), sem avanços significativos na regulamentação do trabalho, de forma a distribuir a renda gerada de maneira mais equitativa (Lima, Cavalcante e Costa, 2011), a década

de 1990 caracterizou-se por uma elevação sem precedentes da informalidade no mercado de trabalho brasileiro (Ulysea, 2006). Segundo Matoso (1999), houve a eliminação de cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho formal na economia. A partir desse período, cresce o número de atividades até então incomuns, tais como catadores de lixo, vendedores ambulantes, carregadores de feira, trabalhadores domésticos casuais etc.; um processo que acelera a deterioração do mercado de trabalho no país (Pochmann, 2002).

De maneira geral, a literatura nacional apresenta um consenso sobre a relação negativa entre educação e informalidade, indicando que quanto menor o nível de escolaridade do indivíduo, maior a sua propensão a participar da economia informal (Fernandes, 1996; Gonçalves, 2002; Tannuri-Pianto e Pianto, 2002; Costa, 2007; Neves e Pedrosa, 2007; Mello e Santos, 2009; Natividade, 2009; Costa, 2010; Rosa e Matos, 2010; Graf e Coutinho, 2012; Araújo e Lombardi, 2013; Dieese, 2014; OIT, 2015a). Cientes dessa correlação, Saboia e Saboia (2004) apontaram que, enquanto entre os trabalhadores com menos de um ano de estudo 77,5% atuavam no mercado de trabalho informal, ao analisarem-se os que completaram o primeiro grau (9º ano), a participação caiu para 43,1%. Entre aqueles com 12 anos ou mais de estudo (universitários), apenas 18% atuavam na informalidade.

Sendo em sua maioria jovens ou idosos (Saboia e Saboia, 2004; Paolini, 2016) e negros (Araújo e Lombardi, 2013), os trabalhadores inseridos em atividades informais possuem, além do baixo nível de escolaridade, a faixa etária como outra característica comum. Assim, se a elevação nos níveis educacionais pressupõe redução da informalidade, os jovens que necessitam de rendimentos advindos do trabalho enfrentam o dilema da conciliação entre estudo e trabalho, o que aumenta a probabilidade de reivindicação de empregos com jornada parcial.⁴ Segundo OIT (2015b), jovens que apenas trabalham têm menor propensão à informalidade em relação àqueles que conciliam trabalho e estudo. Outros fatores que contribuem para a informalidade juvenil relacionam-se à falta de experiência; à falta de informação sobre postos e vagas no mercado de trabalho; e à maior propensão dos jovens a aceitarem condições precárias de emprego (Silva *et al.*, 2015).

Com relação aos idosos, o emprego na informalidade se apresenta como uma forma de complementação dos rendimentos previdenciários (Camarano, 2001), além, sobretudo, de estratégia de sobrevivência (Matsuo, 2009). Sua inserção em atividades informais se deve principalmente à escassez de oportunidades de emprego no mercado de trabalho informal. Logo, a permanência dos idosos no mercado de trabalho implica uma recorrência a atividades irregulares ou precárias (Matsuo, 2009).

4. A OIT define como jornada parcial de trabalho aquela em que o ocupado trabalha menos de trinta horas por semana, e jornada integral, quando supera esse tempo.

Além disso, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (Ipea, PNUD e FJP, 2019) demonstra, historicamente, um subíndice de educação significativamente menor para indivíduos negros em todos os anos analisados, principalmente nas macrorregiões Nordeste e Norte, as mesmas que comumente contam com maior número de pessoas negras do país. Uma possível explicação para o grande contingente de negros na informalidade é a discriminação racial sofrida desde o momento de sua formação educacional. Por conseguinte, o mercado de trabalho, nesse caso, apenas reforça a situação de desigualdade existente (Cacciamali e Hirata, 2005).

O impacto do nível educacional sobre a probabilidade de atuação na informalidade também é verificado quando se analisam as áreas rurais brasileiras (Dieese, 2014; Pereira e Castro, 2019). Através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), instituições como o Ipea, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Fundação João Pinheiro (FJP) constataram que a taxa média de analfabetos brasileiros para o ano de 2010 correspondia a 10,2% (Ipea, PNUD e FJP, 2019). Porém, uma análise mais acurada demonstrou que, ao desagregar urbano e rural, o meio urbano contava com 7,54% de analfabetos, contra 24,64% no meio rural. Esse resultado corrobora os estudos do Dieese (2014), que concluíram que, entre outros fatores, em razão do baixo nível educacional, mais da metade da população rural está empregada no mercado de trabalho informal.

Considerando os estudos apresentados nesta seção, conclui-se que, segundo a literatura, a educação apresenta grande impacto sobre o ingresso dos trabalhadores na informalidade, em especial das mulheres negras e brancas. O aumento do nível educacional possibilita que a mão de obra feminina adquira a produtividade reivindicada pelo mercado de trabalho formal (Perry *et al.*, 2007) e, conseqüentemente, conquiste empregos que lhes garantam direitos fundamentais no trabalho, proteção social e condições de trabalho decentes. Além disso, a educação promove a conscientização feminina sobre os aspectos da discriminação de gênero, a qual atualmente ainda fomenta a divisão desigual de tarefas domésticas e trabalhistas, a disparidade salarial e a predominância masculina em cargos de liderança. Somado a isso, no caso das mulheres negras, a educação também contribui para a conscientização e luta contra a discriminação racial (Montes, Corrales e Singh, 2016), possibilitando a identificação e denúncia de casos de racismo no mercado de trabalho, além de permitir que mulheres negras ocupem cada vez mais postos de trabalho formal.

Além disso, a educação se apresenta como uma das responsáveis pela quebra do ciclo de imobilização socioeconômica (Carpio, 2014), ao reduzir a probabilidade de desemprego das próximas gerações e, portanto, oportunizar a ascensão socioeconômica de famílias em situação de vulnerabilidade. A necessidade de respaldo da literatura internacional para detalhar a correlação entre a educação e a atuação das mulheres na informalidade evidencia a carência de pesquisas nacionais para uma

melhor compreensão dessa questão. Mediante o exposto, é importante ressaltar a afirmação de Costa (2010), o qual considera que, embora a economia retome o ritmo de crescimento, sem a criação de políticas educacionais não será possível a resolução dos problemas percorridos nesta seção.

3 METODOLOGIA

3.1 Estratégia empírica

Com o intuito de analisar a hipótese de que a educação impacta negativamente na participação de mulheres negras (pretas e pardas) e brancas no mercado de trabalho informal, adotou-se a regressão logística binomial. Essa regressão consiste em um modelo econométrico no qual, dada uma quantidade n de experimentos independentes e restritos a duas possibilidades – atuação na informalidade ou não atuação na informalidade –, a variável de interesse se refere aos resultados obtidos em relação à primeira possibilidade considerada.

Nesse modelo, assume-se que a probabilidade de atuação na informalidade é igual a p , de modo que a atuação na formalidade é denotada por $(1 - p)$. Isso implica que a variável de interesse pode assumir um dos dois valores expressos a seguir, de acordo com a probabilidade apresentada, caracterizando-se, portanto, como uma variável dependente binária. Esse atributo fundamenta a escolha do modelo econométrico utilizado (Cameron e Trivedi, 2005; Wooldridge, 2006).

$$y = \begin{cases} 1 & \text{com probabilidade } p, \\ 0 & \text{com probabilidade } (1 - p). \end{cases} \quad (1)$$

Considera-se uma amostra de n observações independentes e identicamente distribuídas ($i = 1, \dots, n$) da variável *dummy* dependente, y_i , e um vetor $(j + 1)$ -dimensional, x_i , de variáveis explicativas, incluindo uma constante. A probabilidade de a variável dependente assumir o valor 1 é modelada como:

$$p_i = \Pr[y_i = 1|x] = F(x'\beta) \quad (2)$$

Na equação (2), β é um vetor representativo dos parâmetros de coluna $(j + 1)$ -dimensional e $z_i = (x'\beta)$ é um índice único linear.

Devido ao plano amostral complexo da PNAD Contínua, neste trabalho utilizou-se o método da máxima pseudo-verossimilhança (MPV).

A função $F(\cdot)$ garante que o índice único pertença ao intervalo $[0, 1]$ e satisfaz:

$$F(-\infty) = 0, \quad F(\infty) = 1, \quad \frac{\partial F(z)}{\partial z} > 0 \quad (3)$$

De acordo com Cameron e Trivedi (2005), o *logit* baseia-se na função $F(\cdot)$, definida como função de probabilidade logística acumulada e expressa por:

$$p = F(x'\beta) = \Lambda(x'\beta) = \frac{e^{x'\beta}}{1+e^{x'\beta}} \quad (4)$$

Em que $\Lambda(\cdot)$ pode ser representada por:

$$\Lambda(z) = \frac{e^z}{1+e^z} = \frac{1}{1+e^{-z}}. \quad (5)$$

Dado o exposto, para uma variável latente (não observada) e linearmente dependente de x_i :

$$y_i^* = (x_i'\beta) + \varepsilon_i, E(\varepsilon_i|x_i) = 0 \quad (6)$$

Portanto, para a obtenção dos resultados concernentes à variável observada:

$$y = \begin{cases} 1 & \text{se } y^* > 0 \\ 0 & \text{se } y^* \leq 0. \end{cases} \quad (7)$$

Considerando que o modelo *logit* é não linear, o valor absoluto dos coeficientes não tem significado econômico, e a análise concentra-se na significância estatística e nos sinais apresentados. A análise quantitativa é realizada a partir dos efeitos marginais. Esses demonstram os efeitos da variação unitária em um regressor sobre a probabilidade condicional de que $y = 1$, ou seja, de que as mulheres analisadas estejam empregadas no mercado de trabalho informal.

Para o modelo de probabilidade geral (2) e mudança na variável *dummy* x_{ij} de 0 para 1, o efeito marginal é definido por:⁵

$$\widehat{\Delta P} = \widehat{P}(y_i = 1 | \dots, x_{ij} = 0, \dots) - \widehat{P}(y_i = 1 | \dots, x_{ij} = 1 \dots) \quad (8)$$

Essa equação depende dos valores de todas as outras variáveis explicativas $x_{il}, l \neq j$.

Os efeitos marginais apresentados correspondem às médias do efeito marginal de cada mulher pertencente aos grupos analisados.

3.2 Especificação do modelo econométrico e dados

Os dados utilizados na realização deste trabalho foram extraídos da PNAD Contínua para o ano de 2019. A PNAD Contínua é uma pesquisa que, mediante questionários, investiga trimestralmente informações conjunturais sobre a força de trabalho brasileira e anualmente apura temas estruturais relevantes para o diagnóstico da realidade do país.⁶ Sua estrutura contempla o âmbito domiciliar, com questões relativas à estrutura e aos demais aspectos da unidade domiciliar; e o âmbito individual, que se relaciona às informações sobre os indivíduos residentes, tais como educação, trabalho, rendimentos dos moradores com 10 anos ou mais de idade, entre outras informações.

5. Ver Schmidheiny (2015).

6. Para mais informações, ver: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=0-que-e>.

Além disso, a PNAD Contínua adota um plano amostral complexo, estratificado e conglomerado em dois estágios, no qual em cada estrato são selecionadas as unidades primárias de amostragem (UPAs). Em seguida, são selecionadas as unidades secundárias de amostragem (USAs). Ambas as seleções ocorrem sem reposição, com probabilidades desiguais e realização de ajustes dos pesos amostrais, os quais asseguram a ausência de viés e a devida precisão e representatividade da amostra (Alberi e Dias, 2017).

Para obtenção da amostra específica utilizada neste estudo, foram executadas algumas etapas. Inicialmente, os domicílios foram identificados e em seguida foi criada a identificação dos indivíduos, considerando sexo,⁷ dia de nascimento, mês de nascimento e ano de nascimento. Após o tratamento das informações obtidas, haja vista a complexidade da amostra, foram consideradas todas as Unidades Federativas (UFs), agrupadas por macrorregiões brasileiras.

Por fim, foram analisadas as características de interesse relativas às mulheres brancas e negras: nível de instrução; se os domicílios em que elas viviam eram localizados em região urbana ou rural; idade;⁸ cor ou raça; se elas eram pessoas de referência no domicílio; se estavam empregadas no momento da realização da pesquisa; se elas possuíam carteira de trabalho assinada; se contribuíam para a Previdência; e se o seu local de trabalho possuía registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).⁹ O tratamento dos dados em questão resultou em uma amostra com 353.129 mulheres brasileiras, mediante a composição das variáveis apresentadas no quadro 1.

QUADRO 1

Descrição das variáveis utilizadas no modelo econométrico

Variáveis	Variáveis originárias ou selecionadas da PNAD	Descrição	Sinal esperado
Informalidade	Ocupação declarada pelas mulheres com base nas questões sobre posse de carteira assinada, contribuição para a Previdência e, no caso de empregadoras, registro no CNPJ.	<i>Dummy</i> que assume valor igual a 1 caso a entrevistada atue no mercado de trabalho informal e 0 caso contrário.	Variável dependente
Educao1	Nível mais elevado de instrução alcançado pelas mulheres.	<i>Dummy</i> de escolaridade que assume valor igual a 1 caso a entrevistada não possua instrução ou tenha menos de um ano de estudo e 0 caso contrário.	Referência

(Continua)

7. Foram excluídos da amostra indivíduos do sexo masculino.

8. Foram excluídos da amostra indivíduos com menos de 15 anos e mais de 65 anos de idade.

9. Foram excluídos da amostra os indivíduos cujo local de trabalho possuía registro no CNPJ.

(Continuação)

Variáveis	Variáveis originárias ou selecionadas da PNAD	Descrição	Sinal esperado
Educacao2	Nível mais elevado de instrução alcançado pelas mulheres.	<i>Dummy</i> de escolaridade que assume valor igual a 1 para a entrevistada com fundamental incompleto e 0 caso contrário.	Negativo
Educacao3		<i>Dummy</i> de escolaridade que assume valor igual a 1 para a entrevistada com ensino fundamental completo e 0 caso contrário.	Negativo
Educacao4		<i>Dummy</i> de escolaridade que assume valor igual a 1 para a entrevistada com ensino médio incompleto e 0 caso contrário.	Negativo
Educacao5		<i>Dummy</i> de escolaridade que assume valor igual a 1 para a entrevistada com ensino médio completo e 0 caso contrário.	Negativo
Educacao6		<i>Dummy</i> de escolaridade que assume valor igual a 1 para a entrevistada com ensino superior incompleto e 0 caso contrário.	Negativo
Educacao7		<i>Dummy</i> de escolaridade que assume valor igual a 1 para a entrevistada com ensino superior completo e 0 caso contrário.	Negativo
Idade1	Idade das mulheres entrevistadas.	<i>Dummy</i> de faixa etária que assume valor igual a 1 para a entrevistada com idade entre 15 e 24 anos e 0 caso contrário.	Positivo
Idade2		<i>Dummy</i> de faixa etária que assume valor igual a 1 para a entrevistada com idade entre 25 e 39 anos e 0 caso contrário.	Negativo
Idade3		<i>Dummy</i> de faixa etária que assume valor igual a 1 para a entrevistada com idade entre 40 e 59 anos e 0 caso contrário.	Negativo
Idade4		<i>Dummy</i> de faixa etária que assume valor igual a 1 para a entrevistada com idade entre 60 e 65 anos e 0 caso contrário.	Referência
Urbano	Situação do domicílio.	<i>Dummy</i> que assume valor igual a 1 caso a entrevistada reside em área urbana e 0 caso reside em área rural.	Negativo
Chefe	Condição na família.	<i>Dummy</i> para identificar se a entrevistada é chefe do domicílio, a qual assume valor 1 caso ela seja a pessoa de referência no domicílio e 0 caso contrário.	Positivo
Ne	Região brasileira onde a entrevistada reside na data de referência.	<i>Dummy</i> igual a 1 caso a entrevistada reside na região Nordeste e 0 caso contrário.	Referência
No		<i>Dummy</i> igual a 1 caso a entrevistada reside na região Norte e 0 caso contrário.	Indefinido
Co		<i>Dummy</i> igual a 1 caso a entrevistada reside na região Centro-Oeste e 0 caso contrário.	Negativo
Se		<i>Dummy</i> igual a 1 caso a entrevistada reside na região Sudeste e 0 caso contrário.	Negativo
Sul		<i>Dummy</i> igual a 1 caso a entrevistada reside na região Sul e 0 caso contrário.	Negativo

Fonte: IBGE (2020a).
Elaboração dos autores.

Em razão da histórica desvantagem feminina no mercado de trabalho, com expressiva participação na informalidade (Silva, 2001), a amostra analisada compreende apenas mulheres, e, em conformidade com a literatura apresentada na segunda seção desta pesquisa, espera-se que a cor/raça seja indispensável para analisar o nível de impacto da educação na probabilidade de atuação das mulheres no mercado de trabalho informal, uma vez que, em razão desta, a mão de obra feminina negra é mais presente na informalidade (Natrass, 1987; McKeever, 1998). Por conseguinte, foram estimadas duas equações: na primeira, foram consideradas apenas mulheres negras (pretas e pardas); em contrapartida, na segunda equação, foram consideradas apenas mulheres brancas.¹⁰

Para analisar e comparar a atuação de mulheres negras e brancas na informalidade, bem como os fatores que determinam sua participação em cada mercado de trabalho – formal ou informal –, o modelo utilizado dispõe da seguinte variável dependente e de variáveis explicativas, selecionadas com base na literatura apresentada na segunda seção desta pesquisa e apresentadas no quadro 1.¹¹

Assim como as demais variáveis, a variável “informalidade” foi construída mediante as respostas apresentadas pela PNAD Contínua, realizada através da aplicação de questionário. Entre os demais aspectos trabalhistas, esse questionário considera a posição na ocupação e a categoria de emprego do trabalho principal da semana em que é aplicado. Assim, a primeira condição para as mulheres analisadas serem consideradas trabalhadoras informais é que estejam empregadas ou sejam trabalhadoras domésticas sem carteira de trabalho assinada; sejam empregadoras sem registro no CNPJ; trabalhadoras por conta própria; ou trabalhadoras familiares auxiliares. A segunda condição leva em consideração mulheres que, além de não possuírem nenhum vínculo empregatício formal, não têm nenhuma renda segurada pela CF/1988 em caso de inaptidão para o trabalho. Em suma, em conformidade com os critérios de informalidade adotados pelo IBGE,¹² essa variável leva em consideração duas condições concomitantes: prática de atividades trabalhistas sem carteira de trabalho assinada e ausência de contribuição para a Previdência.

Para verificar como a variável dependente se comporta, dado o grau de instrução das mulheres, foram considerados todos os possíveis níveis educacionais, que se estendem desde “sem instrução” até “ensino superior completo”. De acordo com a literatura, quanto menor o nível de instrução, maior a probabilidade de atuação no mercado de trabalho informal (Mello e Santos, 2009; Jonasson, 2012; Gërkhani e

10. Mulheres amarelas e indígenas não foram consideradas na amostra do estudo, devido ao seu contingente limitado.

11. Fernandes (1996); Gonçalves (2002); Tannuri-Pianto e Pianto (2002); Costa (2007); Neves e Pedrosa (2007); Mello e Santos (2009); Natividade (2009); Costa (2010); Rosa e Matos (2010); Graf e Coutinho (2012); Araújo e Lombardi (2013); Dieese (2014); OIT (2015a).

12. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>.

Werfhorst, 2013; OIT, 2015a). Portanto, a variável relacionada ao nível educacional “sem instrução e com menos de um ano de estudo” foi adotada como referência na estimação do modelo. A disposição do nível de instrução em faixas assegura maior exatidão na análise do grau de impacto da educação na informalidade, pois leva em consideração o sistema de educação brasileiro: sistema de nove anos.¹³

Devido à discriminação racial e à maior presença de mulheres negras na informalidade (Dieese, 2012; Instituto Ethos e BID, 2016), o recorte racial torna-se imprescindível. Esse aspecto permite analisar e comparar a sensibilidade da probabilidade de atuação feminina no mercado de trabalho informal em face da variação no nível de instrução de cada grupo de mulheres (negras ou brancas). De acordo com a literatura referente, espera-se que as mulheres negras sejam mais sensíveis às variações no nível de instrução, em razão de sua maior desvantagem ante o mercado de trabalho (McKeever, 1998; Dieese, 2012; Instituto Ethos e BID, 2016).

No que tange à idade, foram consideradas cidadãs das faixas etárias entre 15 e 65 anos, uma vez que o estudo visa analisar apenas as mulheres brasileiras componentes da população economicamente ativa. Em razão de a curva de informalidade apresentar a forma de U, isto é, mais elevada para indivíduos de até 24 anos e a partir de 50 anos (Neri e Fontes, 2010), a faixa etária de 60 a 65 anos foi adotada como referência, e optou-se pela disposição das idades em faixas, de modo a acompanhar os critérios definidos e analisados pela PNAD Contínua 2019.

A condição de chefe de família, apresentada como variável explicativa, indica grande influência na probabilidade de atuação na informalidade – a julgar pela histórica sobrecarga feminina nos afazeres domésticos e obrigações parentais – e, conseqüentemente, na busca por ocupações com maior flexibilidade de horários (Sorj, Fontes e Machado, 2007). Desse modo, espera-se que a variável em questão apresente sinal positivo (Funkhouser, 1996; Sorj, Fontes e Machado, 2007; Dieese, 2012).

A variável dos aspectos habitacionais também requer a devida atenção, posto que, em razão dos menores níveis educacionais, a informalidade caracteriza consideravelmente as macrorregiões Norte e Nordeste em detrimento das demais – Sudeste, Sul e Centro-Oeste (IBGE, 2017; 2018; 2019a) –, e que residir em área rural torna a trabalhadora mais propensa a aceitar um vínculo de trabalho não formal em relação à que reside em área urbana (Carneiro e Henley, 2001; Tanuri-Pianto e Pianto, 2002).

13. Segundo a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, o ensino fundamental possui nove anos de duração, com a matrícula de crianças de 6 anos de idade.

4 RESULTADOS

4.1 Análise descritiva

O conjunto de dados analisados se refere a 353.129 mulheres brasileiras com idades entre 15 e 65 anos, identificadas através do questionário da PNAD Contínua referente ao ano de 2019. A amostra se divide em duas partes. A primeira é composta por 203.574 mulheres negras, das quais 93.780 atuam na informalidade e 109.794, na formalidade, o que representa 46,07% e 53,93% do total de mulheres negras, respectivamente. A segunda parte compreende 149.555 mulheres brancas, sendo 47.932 trabalhadoras informais e 101.623 empregadas no mercado de trabalho formal, com as respectivas porcentagens em relação ao total de mulheres brancas de 32,05% e 67,95%.

A tabela 1 indica as características socioeconômicas das mulheres negras e brancas. Apesar de ambos os grupos apresentarem algumas semelhanças em relação à condição de chefia domiciliar e área localizacional, o mesmo não ocorre com as variáveis referentes à idade, às macrorregiões de habitação e, sobretudo, à educação e à informalidade.

TABELA 1
Características socioeconômicas das mulheres negras e brancas
(Em %)

Característica	Mulheres negras	Mulheres brancas
Informalidade	46,07	32,05
Sem instrução e menos de um ano de estudo	2,27	0,88
Fundamental incompleto ou equivalente	23,24	16,45
Fundamental completo ou equivalente	7,59	6,80
Médio incompleto ou equivalente	6,85	4,94
Médio completo ou equivalente	35,60	31,66
Superior incompleto ou equivalente	6,14	7,72
Superior completo	18,32	31,54
15-24 anos de idade	14,28	13,83
25-39 anos de idade	39,78	38,07
40-59 anos de idade	41,81	43,29
60-65 anos de idade	4,13	4,80
Urbano	79,95	82,79
Rural	20,05	17,21
Chefe de família	40,15	35,19
Sudeste	26,57	32,30
Sul	7,53	35,40
Centro-Oeste	12,42	9,73
Norte	17,12	6,09
Nordeste	36,36	16,47

Fonte: IBGE (2020a).
Elaboração dos autores.

Ao averiguar as características concernentes às principais variáveis deste estudo, é possível detectar que, enquanto a maioria das mulheres negras analisadas concluiu o ensino médio ou apresenta ensino fundamental completo ou equivalente, as mulheres brancas, em sua maioria, completaram o ensino médio ou possuem diploma de ensino superior. Além disso, mediante as referidas tabelas, é inquestionável que, em comparação às mulheres brancas, as mulheres pretas e as pardas são proeminentes no mercado de trabalho informal.

Em razão das consideráveis particularidades apresentadas pelas mulheres negras e brancas previamente analisadas, principalmente no tocante à inserção no mercado de trabalho informal, torna-se imprescindível investigar a relação específica para cada grupo, considerando as características socioeconômicas sobreditas, o que será analisado na próxima subseção, com a apresentação dos resultados econométricos.

Nesse sentido, a tabela 2 considera apenas mulheres alocadas no mercado de trabalho informal, bem como a caracterização desse grupo de acordo com a cor/raça e outras variáveis consideradas neste estudo. Os resultados corroboram a literatura e evidenciam como a situação das mulheres negras no mercado de trabalho é indubitavelmente pior. Enquanto 33,82% das trabalhadoras informais eram brancas, as mulheres negras representavam 66,18% do total. Além disso, é possível verificar que, entre as trabalhadoras informais, as mulheres negras representam a maioria nos níveis mais baixos de instrução, no entanto a situação se inverte ao se tratar do ensino superior completo, composto majoritariamente pelas mulheres brancas. As estatísticas descritivas apresentadas prenunciam os resultados econométricos, que analisam a relação entre o nível de escolaridade e o de informalidade segundo a cor/raça das mulheres, a serem apresentados na próxima subseção.

Além disso, observa-se que as mulheres negras residentes nas áreas urbanas e rurais também são maioria no mercado de trabalho informal. No que se refere às macrorregiões, é possível constatar que as mulheres negras mais presentes no mercado de trabalho informal residem, sobretudo, nas regiões Nordeste, Norte, Centro-Oeste e Sudeste, em contraposição às mulheres brancas na informalidade, que são maioria na região Sul.

TABELA 2
Distribuição de mulheres negras e brancas no mercado de trabalho informal
(Em %)

Mercado de trabalho informal	Mulheres negras	Mulheres brancas
Informalidade	66,18	33,82
Sem instrução e menos de um ano de estudo	81,08	18,92
Fundamental incompleto ou equivalente	69,89	30,11
Fundamental completo ou equivalente	65,93	34,07
Médio incompleto ou equivalente	69,63	30,37
Médio completo ou equivalente	66,67	33,33
Superior incompleto ou equivalente	55,15	44,85
Superior completo	48,66	51,34
15-24 anos de idade	65,39	34,61
25-39 anos de idade	68,88	31,12
40-59 anos de idade	65,36	34,64
60-65 anos de idade	57,98	42,02
Urbano	65,75	34,25
Rural	67,22	32,78
Chefe de família	69,40	30,60
Sudeste	57,84	42,16
Sul	25,92	74,08
Centro-Oeste	66,70	33,30
Norte	82,82	17,18
Nordeste	78,47	21,53

Fonte: IBGE (2020a).

Elaboração dos autores.

É importante destacar que, em comparação às mulheres brancas, as mulheres negras chefes de família e de todas as faixas etárias analisadas também são maioria na informalidade. Enquanto as mulheres negras de 15 a 24 anos representam 65,39% das trabalhadoras informais dessa faixa etária, as mulheres brancas representam 34,61%. Em relação às mulheres pretas e pardas com idade entre 25 e 39 anos, a porcentagem de trabalhadoras informais é de 68,88%, complementada por 31,12% de mulheres brancas na mesma faixa etária. Quanto às faixas etárias entre 40-59 anos e 60-65 anos, as mulheres negras representam, respectivamente, 65,36% e 57,98%; e as mulheres brancas representam, nesta ordem, 34,64% e 42,02%.

4.2 Resultados econométricos

Conforme discorrido na terceira seção desta pesquisa, para verificar o nível de impacto da educação na probabilidade de atuação feminina no mercado de trabalho informal, utilizou-se o modelo de regressão logística binomial, o qual possibilitou a estimação de duas equações que se distinguem por meio da variável cor/raça.

A análise de um plano amostral complexo requereu estimação através de MPV e com erros-padrão robustos para controle da heterocedasticidade. Mediante o teste de Wald, o modelo apresentou todos os parâmetros estatisticamente diferentes de zero; e, através da curva característica de operação do receptor (COR), apontou valor de 0,7652, o que indica boa capacidade preditiva. Por fim, por meio do teste de multicolinearidade, constatou-se que não há colinearidade entre as variáveis.

No tocante aos resultados¹⁴ dos modelos estimados, esses estão dispostos na tabela 3, conjuntamente com seus respectivos efeitos marginais, que são analisados individualmente. Além disso, mediante a metodologia apresentada, apenas os efeitos marginais apresentam significado econômico, por isso, em detrimento dos coeficientes, são os únicos analisados.

Inicialmente, analisa-se o impacto da variável educação na probabilidade de atuação das mulheres negras e brancas no mercado de trabalho informal, que é o objetivo principal desta pesquisa. Os sinais negativos dos efeitos marginais referentes à variável em questão certificam que para ambos os grupos (mulheres negras e mulheres brancas) o aumento do nível educacional implica a redução na probabilidade da atuação feminina na informalidade. Nesse caso, como evidenciado na seção metodológica, considera-se o nível educacional “sem instrução ou com menos de um ano de estudo” como referência na análise.

Consoante à metodologia sobredita, a mensuração do grau do impacto educacional e das demais variáveis sobre a informalidade compete apenas aos efeitos marginais. Através desses, foi comprovada expressiva sensibilidade de ambos os grupos quando a variável educação é alterada de 0 para 1, denotando relação inversa entre essa e a informalidade. Os resultados mencionados corroboram os trabalhos de Funkhouser (1996), Tannuri-Pianto e Pianto (2002), Boeri e Garibaldi (2007), Costa (2010), Gërxfhani e Werfhorst (2013) e demais autores mencionados na segunda seção deste trabalho.

14. Resultados obtidos por meio do *software* Stata.

TABELA 3

Resultados da estimação do modelo *logit* com determinação do impacto da educação na probabilidade de atuação de mulheres negras e brancas no mercado de trabalho informal

Variáveis explicativas	Mulheres negras		Mulheres brancas	
	Coefficientes	Efeitos marginais	Coefficientes	Efeitos marginais
Educacao2 (ensino fundamental incompleto)	-0,297*** (0,050)	-0,070*** (0,012)	-0,117 ^{NS} (0,080)	-0,022 ^{NS} (0,015)
Educacao3 (ensino fundamental completo)	-0,630*** (0,055)	-0,140*** (0,011)	-0,401*** (0,083)	-0,071*** (0,013)
Educacao4 (ensino médio incompleto)	-0,648*** (0,056)	-0,143*** (0,011)	-324*** (0,086)	-0,058*** (0,014)
Educacao5 (ensino médio completo)	-1,470*** (0,051)	-0,326*** (0,010)	-1,102*** (0,080)	-0,192*** (0,012)
Educacao6 (ensino superior incompleto)	-1,656*** (0,058)	-0,300*** (0,007)	-1,109*** (0,084)	-0,165*** (0,009)
Educacao7 (ensino superior completo)	-2,707*** (0,054)	-0,454*** (0,005)	-2,085*** (0,077)	-0,335*** (0,011)
Idade1 (15-24 anos de idade)	0,227*** (0,040)	0,055*** (0,009)	-0,040 ^{NS} (0,043)	-0,008 ^{NS} (0,008)
Idade2 (25-39 anos de idade)	-0,317*** (0,037)	-0,075*** (0,009)	-0,576*** (0,039)	-0,107*** (0,007)
Idade3 (40-59 anos de idade)	-0,572*** (0,036)	-0,135*** (0,008)	-0,735*** (0,037)	-0,136*** (0,007)
Urbano	-0,723*** (0,016)	-0,178*** (0,004)	-0,721*** (0,019)	-0,157*** (0,005)
Chefe (pessoa de referência)	0,139*** (0,015)	0,033*** (0,004)	0,186*** (0,018)	0,036*** (0,004)
Se	-0,772*** (0,017)	-0,181*** (0,004)	-0,682*** (0,023)	-0,131*** (0,004)
Sul	-1,218*** (0,025)	-0,243*** (0,004)	-1,053*** (0,023)	-0,177*** (0,003)
Co	-0,625*** (0,020)	-0,139*** (0,004)	-0,479*** (0,029)	-0,082*** (0,004)
No	0,158*** (0,018)	0,038*** (0,004)	0,081** (0,035)	0,016** (0,007)
Constante	2,273*** (0,060)	-	1,960*** (0,089)	-

Fonte: IBGE (2020a).

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Significância: * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$.

2. NS indica não significância.

3. Erros-padrão especificados entre parênteses.

Dessarte, a educação possibilita que a população feminina adquira os conhecimentos técnicos e, conseqüentemente, a capacidade produtiva requisitada pelo mercado de trabalho formal. Desse modo, proprietárias(os) dos meios de produção se deparam com custo de oportunidade favorável à contratação de trabalhadoras qualificadas em face dos dispêndios salariais (Perry *et al.*, 2007). Como resultado, a mão de obra feminina conta com emprego formal e, portanto, com salários mais elevados (comparativamente ao mercado informal), bem como com direitos trabalhistas assegurados, tais como férias, licença-maternidade, 13º salário, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), entre outros.

Em termos de efeitos marginais estimados, os resultados revelam que mulheres negras têm a probabilidade de trabalhar na informalidade reduzida em 14,4 pontos percentuais (p.p.) quando possuem ensino fundamental completo, em 32 p.p. ao concluírem o ensino médio, e em 44,3 p.p. ao disporem do diploma de ensino superior. O mesmo ocorre com as mulheres brancas, mas com probabilidades de 7,2 p.p., 18,6 p.p. e 31,7 p.p., respectivamente.

Cabe ressaltar que uma análise minuciosa dos resultados permite verificar a importância da conclusão dos ciclos educacionais – ensino fundamental completo, ensino médio completo e ensino superior completo – para mulheres negras e brancas, dado que a superação desses níveis educacionais não apenas reduz consideravelmente a probabilidade de emprego informal, mas também apresenta impactos crescentes à medida que as mulheres adquirem maior nível de ensino.

Analisando-se a relação entre a educação e o mercado de trabalho informal, a literatura aponta que, em comparação às mulheres brancas, as mulheres negras estão em desvantagem e, conseqüentemente, mais presentes na informalidade (Nattrass, 1987; McKeever, 1998). Por conseguinte, uma evolução no nível educacional dessas últimas resulta em menor propensão à participação na economia informal. Por esse motivo, para alguns níveis educacionais, as mulheres negras mostraram ter sensibilidade aproximadamente duas vezes maior em relação às mulheres brancas. Esse resultado ratifica a importância do enfoque interseccional, haja vista que, embora ambos os grupos analisados sofram com a discriminação de gênero, somado a isso, as mulheres negras ainda enfrentam diariamente o racismo no mercado de trabalho.

À vista disso, assim como afirmado por Montes, Corrales e Singh (2016), é importante mencionar o papel da educação como mecanismo de conscientização feminina sobre a discriminação trabalhista. Acredita-se que trabalhadoras instruídas sobre as imposições racistas e patriarcais estejam mais propensas a contestarem situações de desvantagem, sobretudo no mercado de trabalho, e a buscarem por oportunidades de emprego que levem em conta os direitos constitucionais dos trabalhadores.

Com relação à idade, os resultados econométricos apresentados ratificam a constatação de Saboia e Saboia (2004), Neri e Fontes (2010) e Paolini (2016), de que a curva idade-informalidade-escolaridade é uma parábola com concavidade voltada para cima, ou, em outras palavras, de que a atuação no mercado de trabalho informal relacionada às faixas etárias apresenta formato de U. A análise desses resultados indica que a faixa etária de 15 a 24 anos apresentou efeitos marginais positivos para os dois grupos, embora não sejam estatisticamente significativos para inferências relativas às mulheres brancas. Essa insignificância estatística pode ser explicada pela utilização da faixa etária de 60-65 anos como variável de referência na estimação do modelo, na qual a variável analisada se baseia. Nesse caso, pela ausência de diferenças estatísticas entre as variáveis em questão, obtém-se o resultado apresentado. Isso significa que, assim como as mulheres brancas da faixa etária de referência, as que apresentam idades compreendidas entre 15 e 24 anos também tendem a ingressar no mercado de trabalho informal. Já as mulheres negras com faixa etária de 15 a 24 anos têm 6,3 p.p. de probabilidade de atuação no mercado de trabalho informal, o que confirma a constatação feita pelos autores citados anteriormente.

Quanto à situação localizacional, respaldados pela literatura (Carneiro e Henley, 2001; Henley, Arabsheibani e Carneiro, 2006; Tannuri-Pianto e Pianto, 2002; Dieese, 2014), os resultados apontam que a probabilidade de que as mulheres negras e brancas atuem no mercado de trabalho informal é reduzida em 17,8 p.p. e 14,8 p.p., respectivamente, quando elas residem em áreas urbanas. Esse resultado pode ser justificado pela existência do baixo nível educacional, que acomete grande contingente das moradoras rurais e impede que essas apresentem a produtividade requerida pelo mercado de trabalho formal.

Em conformidade com o que fora verificado por Funkhouser (1996) e Marcouiller, Castilla e Woodruff (1997), a condição de chefia domiciliar (ou pessoa de referência) influencia positivamente a probabilidade de atuação feminina no mercado de trabalho informal em 3,3 p.p. para as mulheres negras e em 3,6 p.p. para mulheres brancas ao nível de 1% de significância. A explicação para os resultados em questão baseia-se na discriminação de gênero, haja vista que essa condição é responsável pela atribuição desigual de tarefas domésticas, cuidado parental e – devido à sobrecarga de atividades domésticas e à subordinação das mulheres a trabalhos precários – pelas menores cargas horárias e baixas remunerações (Sorj, Fontes e Machado, 2007).

No que tange às macrorregiões, em razão das especificidades sociais, econômicas e geopolíticas brasileiras, a interpretação dos resultados se alicerça na literatura e nos dados apresentados pelo IBGE e na análise descritiva expressa na subseção anterior deste estudo. A definição da macrorregião Nordeste como

variável de referência permite verificar que os efeitos marginais da região Norte denotam uma relação positiva entre essa e a informalidade. Para as mulheres negras, morar na região Norte aumenta a probabilidade de atuação na informalidade em 4 p.p., enquanto para as mulheres brancas o resultado indica elevação na referida probabilidade em 1,8 p.p.

Os efeitos marginais das demais regiões, em comparação à região Nordeste, apresentam relação negativa com a economia informal e demandam as seguintes ponderações: mulheres negras habitantes da região Sul, Sudeste ou Centro-Oeste estão, nessa ordem, 23,9 p.p., 17,8 p.p. e 13,8 p.p. menos propensas a se empregarem no mercado de trabalho informal. Já as mulheres brancas sofrem redução dessa propensão em, respectivamente, 17 p.p., 12,4 p.p. e 8 p.p. Segundo IBGE (2020b), a região Sul é a menos acometida pela informalidade brasileira, seguida das regiões Sudeste e Centro-Oeste. Diante disso, em conformidade com os resultados esperados, o nível de impacto de cada região segue a ordem previamente mencionada.

A interpretação da maior sensibilidade das mulheres negras por variações na região de habitação se assemelha àquela realizada para a variável educação: o fato de as mulheres negras serem mais propensas a se empregarem no mercado de trabalho informal (Nattrass, 1987; McKeever, 1998; Instituto Ethos e BID, 2016) as torna mais sensíveis às alterações nas variáveis explicativas. Portanto, o aumento de uma unidade nas variáveis referentes às macrorregiões, embora interfira na probabilidade de atuação na informalidade de mulheres brancas e negras, para estas últimas o impacto é consideravelmente maior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do crescimento da economia informal brasileira, com expressiva participação feminina, principalmente das mulheres negras, somado ao baixo nível educacional do país, este trabalho teve como objetivo principal analisar o impacto da educação sobre a probabilidade de atuação de mulheres brasileiras negras e brancas no mercado de trabalho informal. Para atingir o objetivo proposto, foram utilizados os microdados da PNAD Contínua do ano de 2019, referentes apenas a mulheres negras e brancas com idade entre 15 e 65 anos.

Os resultados foram obtidos através da utilização do modelo de regressão logística binomial (*logit*) e com a estimação de duas equações: a primeira se referiu apenas à população feminina negra e outra às mulheres brancas. Os efeitos marginais apresentados confirmaram os resultados mencionados na revisão de literatura e na análise descritiva deste trabalho.

Desse modo, a educação atua como subsídio à produtividade requisitada pelo mercado de trabalho formal, possibilitando que as mulheres se empreguem em postos de trabalho que garantam melhores salários, em comparação ao mercado de

trabalho informal, e assegurem os direitos trabalhistas constitucionais. Além disso, a educação manifesta-se não apenas como, em alguns níveis, uma ferramenta crucial para capacitar mulheres a resistirem à discriminação de gênero e racial no mercado de trabalho, mas também como, no caso das mães ou pessoas de referência, um dos essenciais meios de rompimento do ciclo familiar de imobilização socioeconômica.

Para o caso das mulheres negras, a educação ocasiona redução na probabilidade de ingresso na informalidade em até 44,3 p.p.; para as mulheres brancas, o impacto pode alcançar 33,7 p.p. Com exceção da condição de chefia domiciliar, todos os demais fatores impactam, em maior grau, as mulheres negras analisadas em comparação às suas semelhantes de cor/raça branca. Isso ocorre devido à situação de maior vulnerabilidade na qual elas se encontram. Portanto, conclui-se que o impacto do nível educacional sobre a probabilidade de atuação de mulheres negras e brancas no mercado de trabalho informal é estatisticamente significativo e substancialmente mais elevado para as primeiras.

É importante mencionar que a informalidade está mais presente nas regiões Norte e Nordeste, que são exatamente aquelas que apresentam os menores níveis de escolaridade e, reiteradamente, o maior contingente de negros do país. Os negros também são maioria em áreas rurais, as quais apresentam as mesmas características verificadas nas macrorregiões mencionadas. Esses resultados revelam o descaso sofrido pela população negra no que diz respeito a políticas educacionais, estruturais, trabalhistas, entre outras, bem como evidenciam a importância desta e das demais pesquisas que reforçam a necessidade de maiores investimentos educacionais e políticas inclusivas.

Quanto às demais variáveis de controle analisadas, é possível concluir que mulheres sem instrução, com idade entre 15 e 24 ou 60 e 65 anos, chefes de família, habitantes da região Norte ou Nordeste e residentes em área rural apresentam maior probabilidade de atuação no mercado de trabalho informal em relação às demais. À vista disso, cabe aos elaboradores de políticas públicas e aos cidadãos brasileiros manterem e fiscalizarem as políticas de desenvolvimento regional e ações afirmativas, imprescindíveis para a redução da discriminação racial e para a democratização da educação.

Para além desta pesquisa, o impacto educacional está intimamente relacionado a maiores salários, à redução na criminalidade, à melhoria na comunicação, à consolidação da democracia e à redução de trabalhadores no mercado de trabalho informal. Isso reforça a urgência de maiores investimentos na abertura de novas escolas não apenas em áreas marginalizadas pela sociedade, mas, também, em áreas rurais; além de reforçar a importância de melhoria na qualidade do sistema educacional brasileiro.

Nesse sentido, Andrade e Pinto (2020) pontuam que é preciso pensar políticas públicas e ações governamentais de enfrentamento das desigualdades de gênero, garantidoras de direitos e autonomia das mulheres negras. Na área da educação básica, as políticas públicas são essenciais para reduzir as desigualdades e vitais para a valorização da consciência negra. Uma possibilidade é a inclusão de temas étnico-raciais na matriz curricular dos cursos de formação para professores. Outra possibilidade é a adoção de práticas de valorização nas escolas públicas.

REFERÊNCIAS

- ALBERI, S.; DIAS, A. J. R. (Org.). **40 anos da unidade de métodos estatísticos do IBGE: alguns passos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 216 p. (Série Memória Institucional, v. 22).
- AMADEO, E.; CAMARGO, J. M. **Brazilian labor market in an era of adjustment**. Rio de Janeiro: PUC, 1989. (Texto para Discussão, n. 232).
- AMADEO, E. J.; SCANDIUZZI, J. C.; PERO, V. Ajuste empresarial, empregos e terceirização. **Revista de Economia Política**, v. 16, n. 1 (61), p. 20-37, jan.-mar. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/9M7JBL5QHW3rPJ6wFTxF-fGn/?format=pdf&lang=pt>.
- ANDRADE, M. D. de; PINTO, E. R. G. de C. Políticas públicas para a articulação de gênero e raça: meios para garantir a representatividade política e jurídica da mulher negra no Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 295-316, ago. 2020.
- ARAÚJO, A. M. C.; FERREIRA, V. C. Terceirização e relações de gênero. *In*: DAU, D. M.; RODRIGUES, I. J.; CONCEIÇÃO, J. J. (Org.). **Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho (atualização do debate e perspectivas)**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 129-147.
- ARAÚJO, A. M. C.; LOMBARDI, M. R. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 149, p. 452-477, maio-ago. 2013.
- BEAVON, K. S. O.; ROGERSON, C. M. The council vs the common people: the case of street trading in Johannesburg. **Geoforum**, v. 17, n. 2, p. 201-216, 1986.
- BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan.-abr. 2009.
- BIDERMAN, C.; GUIMARÃES, N. A. Na ante-sala da discriminação: o preço dos atributos de sexo e cor no Brasil (1989-1999). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 177-200, maio-ago. 2004.

BOERI, T.; GARIBALDI, P. Shadow sorting. *In*: JEFFREY, A. F.; PISSARIDES, C. A. (Ed.). **NBER International Seminar on Macroeconomics 2005**. Cambridge, Estados Unidos: MIT Press, p. 125-163, 2007.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007.

CACCIAMALI, M. C.; HIRATA, G. I. A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda – uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos: Bahia e São Paulo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 767-795, out.-dez. 2005.

CAMARANO, A. A. **O idoso brasileiro no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: Ipea, out. 2001. (Texto para Discussão, n. 830).

CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. **Microeconometrics: methods and applications**. Cambridge, Estados Unidos: Cambridge University Press, 2005.

CARNEIRO, F. G.; HENLEY, A. Modelling formal vs. informal employment and earnings: micro-economic evidence for Brazil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29., 2001, Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador: Anpec, 2001.

CARPIO, S. **Education and the informal sector: evidence from Venezuela and Brazil**. 2014. 97 f. Tese (Doutorado) – Faculté des Sciences Économiques et de Gestion, Université d’Auvergne, Clermont-Ferrand I, 2014.

COSTA, M. da S. Relações de trabalho e regimes de emprego no Canadá e no Brasil: um estudo comparativo. **RAE-eletrônica**, São Paulo, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2007.

COSTA, M. da S. Relações de trabalho e os regimes contemporâneos de emprego na Espanha e no Brasil: um breve paralelo. **Organizações & Sociedade**, v. 17, n. 54, p. 499-525, jul.-set. 2010.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Perfil dos trabalhadores por conta própria do comércio de Porto Alegre**: informações qualitativas e quantitativas – subsídios para uma política de formalização. Dieese, mar. 2012.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro**. São Paulo: Dieese, out. 2014. (Estudos e Pesquisas, n. 74).

FARRELL, D. The hidden dangers of the informal economy. **McKinsey Quarterly**, n. 3, p. 27-37, jul. 2004.

FERNANDES, R. Mercado de trabalho não-regulamentado: participação relativa e diferenciais de salários. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 417-442, dez. 1996.

FUNKHOUSER, E. The urban informal sector in Central America: household survey evidence. **World Development**, v. 24, n. 11, p. 1737-1751, nov. 1996.

GËRKHANI, K.; WERFHORST, H. G. van de. The effect of education on informal sector participation in a post-communist country. **European Sociological Review**, v. 29, n. 3, p. 464-476, jun. 2013.

GONÇALVES, M. A. Informalidade e precarização do trabalho no Brasil. **Pegada – A revista da geografia do trabalho**, v. 3, n. especial, 2002.

GONG, X.; SOEST, A. van. Wage differentials and mobility in the urban labor market: a panel data analysis for Mexico. **Labour Economics**, v. 9, n. 4, p. 513-529, set. 2002.

GRAF, L. P.; COUTINHO, M. C. Entre aves, carnes e embalagens: divisão sexual e sentidos do trabalho em abatedouro avícola. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 761-783, set.-dez. 2012.

HAZANS, M. **Informal workers across Europe**: evidence from 30 countries. Bonn: IZA, jul. 2011. (Discussion Paper Series, n. 5871).

HENLEY, A.; ARABSHEIBANI, G. R.; CARNEIRO, F. G. **On defining and measuring the informal sector**. Washington: World Bank, mar. 2006. (Policy Research Working Paper, n. 3866).

HIRATA, G. I.; MACHADO, A. F. Conceito de informalidade/formalidade e uma proposta de tipologia. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 34, p. 23-29, nov. 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. (Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 37). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. (Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 39). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 10 nov. de 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a. (Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 40). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. (Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 15 jun. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua: Educação 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 13 jun. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 43). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

INSTITUTO ETHOS; BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas**. São Paulo: Instituto Ethos; BID, 2016.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Radar IDHM: evolução do IDHM e de seus índices componentes no período de 2012 a 2017**. Brasília: Ipea; PNUD; FJP, 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9150/1/Radar%20IDHM_evolu%c3%a7%c3%a3o%20do%20IDHM%20e%20de%20seus%20%c3%adndices%20componentes%20no%20per%c3%adodo.pdf.

JONASSON, E. Government effectiveness and regional variation in informal employment. **The Journal of Development Studies**, v. 48, n. 4, p. 481-497, 2012.

KREIN, J. D. **O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 90**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2001.

LA PORTA, R.; SHLEIFER, A. Informality and development. **Journal of Economic Perspectives**, v. 28, n. 3, p. 109-126, 2014.

LEITE, M. de P. Trabalho e sociedade em transformação. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 4, p. 66-87, jul.-dez. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/nvYc8SmJbs6JsrbgpKxmCjr/?format=pdf>.

LEONE, E. T. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal**. Brasília: OIT, 2010. (Série Trabalho Decente no Brasil: Documento de Trabalho, n. 3).

LEVY, S. **Good intentions, bad outcomes**: social policy, informality, and economic growth in Mexico. Washington: Brookings Institution Press, 2008.

LIMA, T. B. de; CAVALCANTE, K. de O.; COSTA, M. da S. Informalidade: escolha ou falta de opção? Um estudo no Mercado Terceirão de João Pessoa/PB. *In*: ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO, 3., 2011, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: Anpad, 2011. Disponível em: https://arquivo.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MTM5Mzc=.

MACHADO, A. F.; PENIDO, M.; OLIVEIRA, J. M. de. Análise de sobrevivência na posição de trabalhador por conta própria no Brasil metropolitano (1997 a 2001). *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 9., 2005, Recife, Pernambuco. **Anais...** São Paulo: Abet, 2005.

MARCOUILLER, D.; CASTILLA, V. R. de; WOODRUFF, C. Formal measures of the informal-sector wage gap in Mexico, El Salvador, and Peru. **Economic Development and Cultural Change**, v. 45, n. 2, p. 367-392, jan. 1997.

MATOSO, J. **O Brasil desempregado**: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1999.

MATSUO, M. **Trabalho informal e desemprego**: desigualdades sociais. 2009. 384 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. MCKEEVER, M. Reproduced inequality: participation and success in the South African informal economy. **Social Forces**, v. 76, n. 4, p. 1209-1241, jun. 1998.

MELLO, R. F.; SANTOS, D. D. dos. Aceleração educacional e a queda recente da informalidade. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 39, p. 27-33, maio 2009.

MONTES, J. G. D.; CORRALES, J.; SINGH, P. **The ‘informality gap’**: can education help minorities escape informal employment? Evidence from Peru. Bonn: IZA, nov. 2016. (Discussion Paper Series, n. 10389).

NATIVIDADE, D. R. da. Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise. **Revista de Administração Pública: seções especiais**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 231-256, jan.-fev. 2009.

NATTRASS, N. J. Street trading in Transkei: a struggle against poverty, persecution, and prosecution. **World Development**, v. 15, n. 7, p. 861-875, jul. 1987.

NERI, M.; FONTES, A. Informalidade e trabalho no Brasil: causas, consequências e caminhos de políticas públicas. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 2, p. 16-23, 2010.

NEVES, M. de A.; PEDROSA, C. M. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 11-34, jan.-abr. 2007.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego**: acesso ao trabalho decente. Brasília: OIT, 2005. Módulo 3. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/publicacoes/WCMS_229452/lang--pt/index.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Trabalho decente e juventude**: juventude e trabalho informal no Brasil. Brasília: OIT, 2015a. Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/media/430751/download>.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Juventude e informalidade**: formalizando a juventude informal – experiências inovadoras no Brasil. Lima: Escritório da OIT para a América Latina e o Caribe, 2015b. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_360603.pdf. Acesso em: 14 jul. 2020.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Women and men in the informal economy**: a statistical picture. 3. ed. Genebra: OIT, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_626831.pdf. Acesso em: 14 maio 2020.

OLINTO, G.; OLIVEIRA, Z. L. C. de. Gênero e trabalho precário no Brasil urbano: perspectivas de mudança. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu, Minas Gerais. **Anais eletrônicos...** Campinas: Galoá, 2004.

PAOLINI, K. S. Desafios da inclusão do idoso no mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 14, n. 2, p. 177-182, 2016.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. de. Educação: contraste entre o meio urbano e o meio rural no Brasil. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Brasília, n. 21, p. 63-74, jul.-dez. 2019.

PERRY, G. E. *et al.* **Informality**: exit and exclusion. Washington: The World Bank, 2007. (World Bank Latin American and Caribbean Studies, n. 40008).

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

RAMOS, L. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano**: 1991-2001. Rio de Janeiro: Ipea, nov. 2002. (Texto para Discussão, n. 914).

RIBEIRO, R. N.; BUGARIN, M. N. S. Fatores determinantes e evolução da economia submersa no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 435-466, jul.-set. 2003.

ROSA, M. F. M.; MATTOS, U. A. O. A saúde e os riscos dos pescadores e catadores de caranguejo da baía de Guanabara. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 1543-1552, 2010.

SABOIA, J.; SABOIA, A. L. Caracterização do setor informal a partir dos dados do Censo Demográfico do Brasil de 2000. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL POLÍTICA GERAL DE EMPREGO: NECESSIDADES, OPÇÕES, PRIORIDADES, 2004, Brasília, Distrito Federal. **Anais...** Brasília: OIT, 2004.

SARTORI, E.; GARCIA, C. H. M. Políticas compensatórias *versus* emancipatórias: desafios para implementação de programas de geração de renda às famílias em situação de risco. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 425-452, mar.-abr. 2012.

SCHMIDHEINY, K. **Short guides to microeconometrics**. Suíça: Universität Basel, 2015.

SCHNEIDER, F.; ENSTE, D. **Hiding in the shadows**: the growth of the underground economy, IMF, 2002. (Economic Issues, n. 30).

SILVA, E. R. A. *et al.* **Trabalho decente e juventude – A informalidade do trabalho da juventude no Brasil**: o que pensam os/as integrantes do Subcomitê da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude. Brasília: OIT, 2015.

SILVA, L. H. Trabalho a domicílio. *In*: CATTANI, A. D. (Org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 275-278.

SMITH, P. **Assessing the size of the underground economy**: the statistics Canada perspective. Ottawa: Statistics Canada, maio 1994. (Income and Expenditure Accounts Technical Series, n. 1994028).

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D. C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 573-594, set.-dez. 2007.

SOTO, H. de. **The mystery of capital**: why capitalism triumphs in the West and fails everywhere else. Nova York: Basic Books, 2000.

ȘTEFONI, S. E.; DRAGHIA, A. Impact of education and government effectiveness on the shadow economy. **Theoretical and Applied Economics**, v. 27, n. 3 (624), p. 75-84, 2020.

TANNURI-PIANTO, M.; PIANTO, D. M. Informal employment in Brazil – a choice at the top and segmentation at the bottom: a quantile regression approach. *In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA*, 24., 2002, Nova Friburgo. **Anais...** Rio de Janeiro: SBE, 2002. v. 2.

ULYSSEA, G. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 4 (104), p. 596-618, out.-dez. 2006.

ULYSSEA, G. Firms, informality, and development: theory and evidence from Brazil. **American Economic Review**, v. 108, n. 8, p. 2015-2047, ago. 2018.

ULYSSEA, G. Informality: causes and consequences for development. **Annual Review of Economics**, v. 12, p. 525-546, 2020.

VIEIRA, C. P. de B.; FIALHO, A. V. de M.; MOREIRA, T. M. M. Dissertações e teses de enfermagem sobre o cuidador informal do idoso, Brasil, 1979 a 2007. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 160-166, jan.-mar. 2011.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introductory econometrics: a modern approach**. 3. ed. Mason, Estados Unidos: Thomson South-Western, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 12 ago. 2020.

ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **World employment and social outlook: trends 2017**. Geneva: ILO, 2017. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_541211.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.

INFORMALIDADE avança, mas em ritmo mais lento. **ETCO**, 17 dez. 2019. Disponível em: <https://www.etco.org.br/tag/indice-de-economia-subterranea/>. Acesso em: maio 2020.

NERY, C. Desemprego cai para 11,9% na média de 2019; informalidade é a maior em 4 anos. **Agência de Notícias IBGE**, 31 jan. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26741-desemprego-cai-para-11-9-na-media-de-2019-informalidade-e-a-maior-em-4-anos>. Acesso em: 15 mar. 2020.

Originais submetidos em: dez. 2020.

Última versão recebida em: abr. 2023.

Aprovada em: abr. 2023.

